



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**A importância da prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem do  
aluno da educação básica**

**Dhully Crhisthina Gonçalves Teixeira Frois**

Professora-orientadora Dra Otilia Dantas

Professora monitora-orientadora Mestre Liliane Campos Machado

Brasília (DF), Julho de 2014

**Dhully Crhisthina Gonçalves Teixeira Frois**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**A importância da prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem do  
aluno da educação básica**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra Otilia Dantas e da Professora monitora-orientadora Dra Liliane Campos Machado.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Dhully Crhsthina Gonçalves Teixeira Frois**

### **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**A importância da prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem do  
aluno da educação básica**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

---

---

Dra Otilia Dantas –  
UnB/FE/MTC

---

---

Dra Liliane Campos Machado -  
UnB/FE/MTC

---

Prof. Mestre Marcos Alberto Dantas –  
UnB/FACE/ADM

Brasília, 03 de Julho de 2014

Dedico este trabalho a todos aqueles que possuem um sonho e não desistem até realizá-lo.

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

A Deus, por acreditar que nossa existência pressupõe outra infinitamente superior.

A minha professora orientadora, Liliane Campos Machado, pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, sempre com uma simpatia contagiante.

Aos meus avós maternos, José Rosa Gonçalves e Aparecida de Jesus Gonçalves, pelo exemplo de vida, dedicação e amor que me depositaram.

Aos meus pais, Airton Alves Teixeira e Cleonice Rosa Gonçalves, pelo exemplo, amizade e o carinho.

Ao meu esposo, Rafael Rodrigues de Souza Frois, por acrescentar razão e beleza aos meus dias e por se colocar sempre presente e companheiro em meu caminho.

Aos meus amigos íntimos pelo incentivo e disponibilidade aos meus piores e melhores dias.

Ao meu irmão, Dhon Lucas Gonçalves Teixeira, pela compreensão e ajuda, na elaboração deste trabalho.

Quanto mais nos elevamos,  
menores parecemos aos olhos  
daqueles que não sabem voar.

Friedrich Nietzsche

## RESUMO

Este trabalho levantou dados da prática avaliativa da escola, que possibilitem uma análise da realidade que se refere à importância da Avaliação da Aprendizagem no contexto da Avaliação Institucional da Escola. A pesquisa de campo foi realizada na Escola Classe 14 de Planaltina-DF. O instrumento utilizado foi um questionário com o objetivo de perceber a importância de uma avaliação institucional acessível e de fácil compreensão para toda a comunidade escolar. Este foi devidamente aplicado à equipe gestora, professores e coordenadores, perfazendo um total de 28 (vinte e oito) participantes. Após a aplicação do questionário, foi realizada uma coleta de dados bem como o relato dos resultados da pesquisa. Nesta unidade escolar é realizado uma análise dos resultados da avaliação visando sempre o desenvolvimento integral do educando bem como a superação de suas limitações.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional; Escola; Aprendizagem.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Percurso Metodológico.....	9
2 A IMPORTÂNCIA DA PROVA BRASIL NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM .....	11
2.1 Contexto Histórico da Avaliação no Mundo.....	11
2.2 Contexto da Avaliação Institucional da Educação Básica no Brasil.....	13
2.2.1 Critérios e funções de avaliação.....	16
2.3 Conceitos de Avaliação. ....	18
2.4 Conceitos de avaliação institucional e de aprendizagem na educação básica...	20
2.5 A Avaliação Institucional ANRESC no GDF e na Escola Classe 14.....	23
2.6 O uso do PPP para solucionar problemas encontrados nas avaliações.....	26
2.6.1 Como envolver família e escola.....	30
3 PESQUISA NA ESCOLA CLASSE 14.....	33
3.1 Os dados coletados na pesquisa.....	34
CONCLUSÃO.....	39
REFERENCIAS.....	40
APÊNDICE: Questionário.....	44



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa será realizada na Escola Classe 14 situada na área urbana de Planaltina-DF, conhecida popularmente como Buriti III, se trata de uma comunidade muito carente e pouco participativa no âmbito escolar, por motivos diversos. A escola funciona há mais de vinte anos. Atende alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de nove anos 1ª fase, atualmente está com o quantitativo de 500 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino, possui 43 funcionários, dentre equipe gestora, de segurança, limpeza e professores.

O objetivo geral da escola é proporcionar a formação básica do indivíduo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social; oportunizar a formação crítica para o exercício da cidadania e favorecer a integração família – escola – comunidade.

Este trabalho tem raízes na dificuldade da aplicação dos resultados da avaliação institucional para os avanços gerias da escola. A avaliação institucional é uma ferramenta que demonstra diversos aspectos da escola. Entretanto tais avaliações necessitam de correta interpretação e melhor compreensão para que seus resultados reflitam no desenvolvimento da instituição como um todo e mais especificamente no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

A questão norteadora dessa pesquisa é “como atua o método de avaliação institucional na Escola Classe 14 de maneira prática e precisa, de modo a aplicar os resultados da avaliação na resolução das carências encontradas?”

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma avaliação institucional na Escola Classe 14, no tocante a métodos de ensino e acesso da comunidade escolar às avaliações institucionais. E os objetivos específicos são colocados da seguinte forma:

- Verificar os métodos de avaliação interligados pelos docentes, bem como sua opinião sobre os motivos para a escolha de tais métodos, frequência das avaliações.

- Analisar o ponto de vista do professor, no que diz respeito à função do processo de avaliação.
- Verificar se a avaliação institucional (prova Brasil) ocorre na escola Escola Classe 14, assim como se toda a comunidade escolar participa (tem conhecimento) da mesma.

### **1.1 Percurso Metodológico**

Este trabalho tem base epistemológica o materialismo histórico dialético, concebido por Marx a partir das idéias filosóficas de Hegel.

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, nesse sentido antecede ao método. Este se constitui numa espécie de mediação no processo de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO,2004, p. 77).

Terá como processo metodológico, a pesquisa quantitativa e qualitativa, utilizando o método descritivo.

A pesquisa quantitativa segundo Gamboa, (1998) tem sua origem nos fundamentos no enfoque filosófico positivista, que pressupõe a neutralidade do sujeito a favor do fator quantidade.

De acordo com Cervo, Bervian, Da Silva, (2006) “o questionário é a forma mais utilizadas para coletar dados por possibilitar, medir com mais exatidão o que se deseja. É um importante instrumento da pesquisa quantitativa, porque utiliza-se geralmente de perguntas fechadas, padronizadas de fácil aplicação e acesso, facilita a apuração dos fatos bem como a tabulação das análises.

Kaplan, Duchon, (1988), P.580 nos fala que o fundamento principal da pesquisa qualitativa é a imersão do pesquisador do contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa.

Hoffman (1995) coloca que a pesquisa qualitativa é uma análise, ou seja, o que a caracteriza é a ênfase na sua forma de operacionalização como um processo descritivo sobre o conteúdo trabalhado.

A pesquisa será realizada na Escola Classe 14 situada na área urbana de Planaltina-DF, atende alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de nove anos 1ª fase. A comunidade escolar é extremamente carente. Todos os docentes em pesquisa possuem graduação e especialização na área de educação.

O instrumento para realização da investigação da realidade é o questionário descritivo contendo nove perguntas direcionadas referentes a prática avaliativa da escola em estudo e uma questão aberta para sugestões de como deveriam acontecer as práticas de avaliação. Este será aplicado aos professores, coordenadores e direção que compõe a comunidade interna da Escola Classe 14, perfazendo um total de 29 funcionários.

A coleta de dados será realizada em três quartas-feiras onde já ocorre a coordenação coletiva na Escola Classe 14 de Planaltina-DF. Antes da aplicação será feita uma explanação sobre a proposta do trabalho com um breve resumo sobre práticas avaliativas na escola bem como um momento para interação de como essa prática avaliativa influi positiva ou negativamente na aprendizagem dos discentes. Serão interpretados através de registro da coleta de dados. Todo o processo ocorrerá num prazo estimado de dois meses. Desde a elaboração do questionário, aplicação e tabulação dos dados coletados.

Durante a explanação do questionário serão utilizados alguns recursos técnicos tais como: questionários fotocopiados em folha A4, slides explanados no Data Show referentes ao tema.

O texto será organizado através de tópicos norteadores ao tema de avaliação institucional voltada para o processo de ensino-aprendizagem do aluno da educação básica no Brasil. Apresentará um questionário destinado a equipe docente e gestora da Escola Classe 14 de Planaltina-DF, com o intuito de se esclarecer a importância da avaliação institucional na escola e mais diretamente no desenvolvimento do aluno como um todo. O trabalho contará com um referencial teórico específico aos temas abordados.

## **2 A importância da prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem**

### **2.1 Contexto Histórico da Avaliação no Mundo**

Devido à necessidade de se aprimorar e democratizar a educação tem-se construído um processo de avaliação e análise das instituições educacionais denominado Avaliação Institucional. Este fato ocorre tanto dentro da própria escola, realizado por atores externos à escola, quanto fora da mesma em grande demanda e por setores externos às escolas.

As modalidades de avaliação institucional, segundo Afonso (2009), podem ser Macro (comparação de escolas de um mesmo país) ou Mega (comparação de escolas de países diferentes). Isto facilita a reflexão entre as variáveis responsáveis pelos resultados, sujeitos avaliados, métodos de ensino e outros fatores que compõem a Escola.

Algumas Organizações Internacionais (OIs) têm se para divulgar os resultados das avaliações institucionais em todo o mundo. Dentre as OIs, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) possui grande destaque. Foi criada em 1945, com o intuito de promover a paz no período pós-guerra através da cooperação intelectual entre nações. Atualmente 193 países são membros da UNESCO. Atuando sob a responsabilidade da OCDE (Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico), a UNESCO atua nas áreas de Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. A OCDE, provedora da UNESCO, criou sistemas de avaliação que padronizam dados padronizados para os sistemas educacionais. Assim o desempenho dos alunos e do sistema educacional é comparado de maneira objetiva. Isto deu a OCDE status de Organismo Internacional, o que a permitiu desde então ditar os temas que serão avaliados.

Porém, uma das metas da divulgação destes resultados é estabelecer padrões de desempenho educacional, o que influencia as políticas públicas em

educação no mundo inteiro. Tais metas nem sempre estão de acordo com a realidade e necessidade dos países envolvidos, o que cria uma padronização cultural do conceito de educação e de seu uso, o que precisa ser revisto em diversas situações por educadores e educandos (MARTENS, 2007).

No Brasil até os anos 1980 não existia um método unificado de avaliação institucional, apenas tentativas isoladas. O MEC lançou em 1983 o Paru (Programa de Avaliação da Reforma Universitária) que avaliava a gestão das universidades, assim como a produção e divulgação de conhecimento. Entretanto esta iniciativa durou apenas um ano. Após este episódio outras tentativas foram realizadas, com ênfase na auto-avaliação institucional. Dessa forma a instituição deveria compreender sua função social na comunidade em que estava inserida, além de sua estrutura física e metodologia de trabalho. Sob esta perspectiva um trabalho pioneiro foi realizado na Universidade de Brasília, envolvendo diversos departamentos. Em seguida a USP (Universidade de São Paulo) e Unicamp (Universidade de Campinas) seguiram uma proposta similar. Entretanto, com a criação do Paiub (Programa Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras), que incentivava as Universidades a desenvolverem projetos próprios de avaliação. Segundo o Paiub, até 1996 avaliava 94 Universidades Brasileiras, ano em que o programa foi encerrado (GATTI, 2007; STEIN, 2003).

Devido à Pressão de Agências Internacionais como o BIRD (Banco Mundial) e o FMI (Fundo Monetário Educacional), em 1997 a gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso ficou responsável por criar processos de avaliação institucional em todos os níveis de educação. Para a Educação Básica foi criado o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), enquanto para Ensino Médio foi criado o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e para o Ensino superior foi criado o Provão (Exame Nacional de Cursos) (BRAUN, 2012).

## **2.2 Contexto da Avaliação Institucional da Educação Básica no Brasil**

Temos na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 as Diretrizes Curriculares Gerais para Educação Básica em todo território nacional, baseia-se no desenvolvimento global do pessoal visando à vida em sociedade evidenciando a responsabilidade de toda a família, escola, sociedade e Estado. As Diretrizes Curriculares possuem três objetivos: I-principais diretrizes e orientações para Educação Básica, II - estimular a reflexão crítica..., Inespecífica as modalidades de educação, frisando sempre o respeito à dignidade das pessoas. Entre seus princípios podemos citar: acesso, permanência, inclusão, sucesso, respeito à liberdade, gestão democrática entre outros.

Deixa claro também que deve haver entrosamento entre Estados, Municípios, Distrito Federal e União para que a Educação Básica possa ser única em todo território nacional e que o acesso a permanência, inclusão e o sucesso escolar são indicadores de qualidade de educação. A escola de qualidade tem sempre como foco o educando e sua aprendizagem.

A organização curricular prevê que a Educação Básica seja o espaço onde a criança possa se sentir acolhida, valorizada e respeitada independente de classe, raça ou sexo. Pois o currículo deve ser um conjunto de valores voltados para socialização e construção de identidades sociocultural, deve articular vivências e saberes do educando com conhecimentos levando em conta as peculiaridades da escola, deve buscar parcerias, compartilhar responsabilidades, organizar, estimular e planejar. E para que esse processo seja garantido o governo possui Políticas Públicas voltadas para a Educação do país.

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem, (...) serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2005.)

O Brasil possui um sistema de avaliação institucional denominado como Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que por sua vez avalia

a Educação Básica brasileira visando não somente mensurar os níveis de desenvolvimento dos alunos, mas também contribuir para uma escola de melhor qualidade e acessível a todos, oferecendo auxílios para a efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Básica. O Saeb também oferece dados sobre o desempenho dos discentes, para que dessa forma seja possível relacionar o desempenho dos alunos aos fatores das condições de ensino dos mesmos.

O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala:



Figura 1: Instruções para aplicação do Saeb

Fonte: <http://provabrasil.inep.gov.br/>

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) é aplicada em instituições escolares públicas e privadas, urbanas e rurais, no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. Tem como objetivo avaliar parâmetros como: qualidade, eficiência, equidade da educação brasileira. Seus resultados são expostos de maneira unitária, ou seja, um resultado geral para o país inteiro, individuais para regiões e para os estados e Distrito Federal.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é aplicada anualmente em turmas de 3º ano do Ensino Fundamental de Escolas públicas. O objetivo da ANA é avaliar a qualidade da alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, além da alfabetização Matemática e a oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc, ou Prova Brasil) abrange as turmas do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas

municipais, estaduais e federais. Esta avaliação ocorre em todo Brasil a cada dois anos, visa avaliar a qualidade do ensino destas instituições, mensurando os níveis de aprendizagem correlacionados à infra-estrutura da escola. As escolas que possuem ao menos 20 alunos matriculados nos anos avaliados participam do teste.

Nas turmas de 2º ano ocorre a Provinha Brasil, esta é uma avaliação diagnóstica aplicada com o objetivo de avaliar o nível de alfabetização. Acontece em dois momentos: no início e fim do ano letivo, servindo de ferramenta para avaliar a aprendizagem ao longo do ano. A aplicação em momentos diferentes possibilita ao segmento de professores e gestores da escola a oportunidade de realizar um diagnóstico do que foi aprendido pelos alunos nesse período, em relação às habilidades de leitura.

O professor tem papel fundamental no processo de alfabetização dos alunos, trabalhando de forma a mediar o conhecimento, trabalhando com a construção da escrita dos alunos levando em conta referências teóricas e meios de despertar o aprendizado por prazer e não por obrigação, refletindo sobre sua ação, de modo a relacionar e construir também conhecimento para si. DOUGLAS, Enock.

Com os resultados da Prova Brasil juntamente com as taxas de aprovação, é possível se obter o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira) da escola. Este índice serve como norteador de metas pedagógicas para as escolas de todo o país, uma vez que através da média obtida é possível compreender se os alunos estão aprendendo o mínimo necessário para seu desenvolvimento educacional.

De acordo com os resultados do Ideb de 2011 os alunos dos anos iniciais da Educação Básica no Brasil, obtiveram um ritmo crescente. Veja abaixo um gráfico publicado no site do Jornal O Globo, que demonstra esse avanço.



## Notas e metas do Ideb 2011, por estado

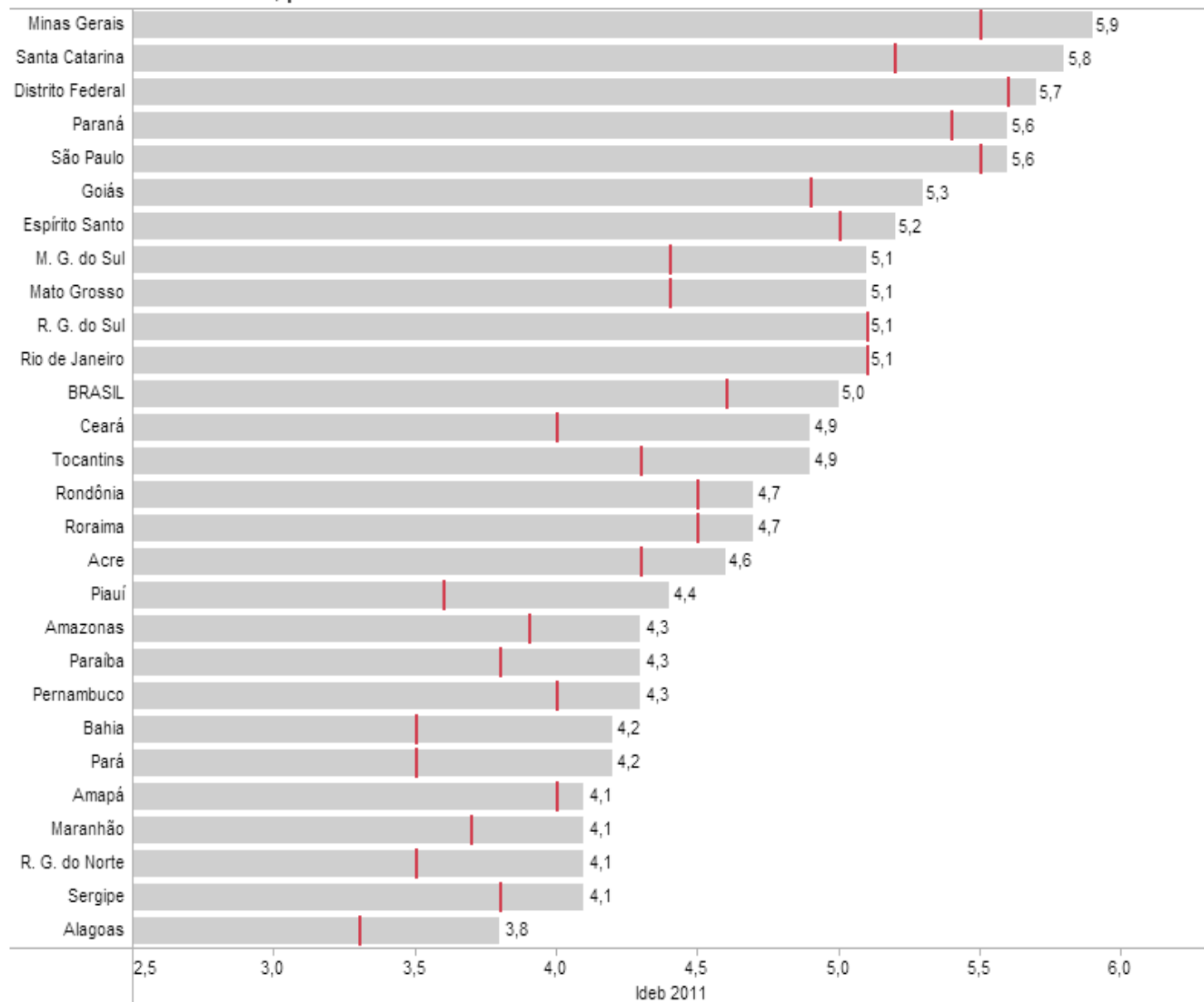


Figura 2: Notas e metas do ideb 2011

Fonte: <http://oglobo.globo.com/infograficos/ideb-2011/>

### 2.2.1 Critérios e funções de avaliação

Com o passar dos anos, a sociedade está voltando seus olhares para a educação e conseqüentemente para a escola de modo geral. Esta mesma sociedade não está mais aceitando uma educação de péssima qualidade, está exigindo seus direitos de cidadãos, que consiste em possuir uma educação justa, eficiente e acessível. Para que haja realmente uma progressão nas escolas brasileiras rompendo com a idéia de que o sistema de educação seja fraco no país, é preciso uma mudança não só nas políticas educacionais, mas

na forma de conceber a educação por parte dos professores, da sociedade e na organização das escolas. É preciso não apenas olhar a escola por um novo paradigma, mas ter atitudes que demonstrem esse novo olhar, pois esse novo modelo de educação que se coloca, com traços firmes, pois a educação de qualidade está prevista nas leis da educação e a sociedade moderna exige essas mudanças.

Para que as intervenções das políticas públicas destinadas à educação, possam surtir efeitos reais, os poderes públicos começaram a injetar mais fundos na educação e por seguinte cobrar de maneira mais severa que as escolas legitimem seus gastos e suas aplicações.

Um dos métodos encontrados pelas políticas públicas de educação, para que a escola possa evoluir de modo satisfatório, foi através de avaliações periódicas das instituições de ensino, com o objetivo de alavancar o processo de ensino aprendizagem no país.

O processo de avaliação deve estar alicerçado de forma simplória, porém praticável para que esta possa facilitar o desenrolar de projetos da escola, e não simplesmente um meio de comparações subseqüentes. Contudo, é rotineira a aplicação de métodos e maneiras de avaliação levando a mal entendidos. Neste contexto, se faz necessário, para que a avaliação ocorra de modo eficiente, seguir critérios de coerência e relevância e de conjuntura.

De acordo com as afirmações de Nóvoa, (1992) “É importante que os dispositivos de avaliação respondam eficazmente a quatro funções, são elas:”

#### Quatro funções da avaliação

Operatória	Orientada para a ação e a tomada de decisões, revestindo-se de uma importância estratégica para o aperfeiçoamento das escolas.
Permanente	Funcionando ao longo do desenvolvimento do projeto de escola, e não apenas no final, o que implica a montagem de dispositivos simples e eficazes de acompanhamento e regulação.
Participativa	Associando o conjunto dos atores às práticas de avaliação, de forma a facilitar a devolução dos resultados aos atores e a permitir

	a confrontação entre grupos com interesses distintos.
Formativa	Criando as condições para uma aprendizagem mútua entre os atores educativos, através do diálogo e da tomada de consciência individual e coletiva.

Quadro 1: Funções da avaliação

Fonte: NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares**

Nóvoa (1992) ainda coloca que “É importante aproveitar as tendências que apontam no sentido da construção de projetos educativos para criar hábitos de avaliação institucional nas escolas.”

Infelizmente as soluções dos problemas expostos nas avaliações através de seus resultados, não são encontradas tão facilmente. Garcia e Benavente (1992) afirmam que:

“Quem se situa na escola como área profissional, e ao mesmo tempo consegue dispor-se a intervir, constata que os problemas educativos atuais não encontrarão resposta nos limites dos tempos, dos espaços e das formas diretamente escolares. [...] Vai ter que imiscuir-se no real envolvente e vai parar a outros espaços sociais e a outras áreas de atividade com outros atores” (ANA BENAVENTE e Orlando Garcia 1992).

### 2.3 Conceitos de Avaliação

Avaliação é um termo muito discutido nos tempos atuais e também envolto de muitos questionamentos. Para Kraemer (2006), avaliação vem do latim, e significa valor ou mérito ao objeto em pesquisa, junção do ato de avaliar ao de mensurar os conhecimentos adquiridos pelo individuo. É um instrumento válido e essencial na vida escolar, podendo assim observar os conhecimentos, atitudes ou inclinações que os discentes apoderaram. Deste modo a avaliação divulga não apenas as intenções de ensino já alcançados num determinado ponto, mas também expõe as dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

Sant’Anna acredita que avaliação é:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do

conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 1998, p.29, 30).

A atribuição da escola e das práticas sociais nela desenvolvidas está sendo revista e contextualizada, por profissionais que buscam refletir e articular as práticas educativas a nova realidade escolar. A avaliação é uma das categorias do trabalho pedagógico que se desenvolve na escola.

Neste contexto, a avaliação pode ser entendida em duas dimensões: formal e informal. A avaliação informal, segundo Freitas (1995), se constitui nos relacionamentos entre professores e os alunos. Em outra perspectiva, a avaliação informal, segundo Villas Boas (2004), p. 22 “se dá pela interação de alunos com professores, com os demais profissionais que atuam na escola e até mesmo com os próprios alunos, em todos os momentos e espaços do trabalho escolar.

Já em relação à avaliação formal Villas Boas (2004) alerta que acontece por meio de notas, conceitos e menções. Em ambas as dimensões, a avaliação é um processo inteiramente presente na dinâmica escolar, um ato indispensável para o bom desenvolvimento da instituição de ensino.

Segundo Belloni,(1999) p.42. “A avaliação é uma atividade processual, continua e sistemática...” “É global, porque envolvem todas as instancias da instituição ou conjunto de instituições do sistema, seus sujeitos e seus projetos”. Para tanto não pode em hipótese alguma se dissolver da escola, pois ela possui “... objetivos, autoconhecimento e tomada de decisões...” Belloni, (1999) p.41. Ainda de acordo com Belloni, (1999) p.15. “Deve auxiliar a instituição a se desenvolver em seu projeto acadêmico”.

Souza (1995) coloca que:

“A avaliação... busca de compreensão da realidade escolar... visando o aprimoramento do trabalho escolar... compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos...” SOUZA, (1995 p.63.)

Em face dos resultados obtidos pelos educandos, na postura dos profissionais de educação frente às novas necessidades educacionais; na tentativa de trazer a comunidade para dentro do espaço escolar, participando efetivamente da educação dos seus filhos; do envolvimento de todos os

segmentos da escola; da reestruturação do projeto escolar e diante de uma sociedade de constante transformação. Faz-se necessário uma avaliação da citada instituição escolar.

A avaliação deve deixar claro a cada um seu papel para melhoria da instituição e trazendo sempre em mente que a qualidade da educação resulta em qualidade de vida e fortalecimento da democracia.

Segundo Tahin, Alves e Lima (2012):

Não basta saber os resultados da avaliação institucional, é importante interpretá-los e identificar as possíveis causas para que a escola, em seu processo decisório, saiba utilizá-los visando à transformação da realidade. (TAHIN, ALVES e LIMA, 2012).

Contudo o papel dos resultados da avaliação por si só, expostos nessa pesquisa rompem o método unicamente classificatório, que por sua vez não soluciona problemas diagnosticados no processo de ensino aprendizagem. “O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina por um julgamento ‘definitivo’ sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão (...)”. (Luckesi, 1995, p.180)

#### **2.4 Conceitos de Avaliação Institucional e de Aprendizagem na Educação Básica**

Ambas as avaliações são de fundamental importância na dinâmica escolar, pois estão diretamente envolvidas no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, fator enraizado nos métodos de educação. Na Constituição Federal reza no seu Art. 6º, que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. No Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas que tipo de educação? Uma vez que os alunos de classes menos favorecidas são muitas vezes excluídos por apresentarem dificuldades de aprendizagem. Com vistas a concretizar a educação de qualidade como um direito, existem no país políticas públicas voltadas para a Educação.

Uma dessas políticas ocorre através da avaliação institucional, que acontece de duas formas, interna e externa e envolve todos os segmentos da escola. Segundo Limeira (2012):

A avaliação institucional constitui-se de um amplo processo de avaliação e análise das instituições educacionais. Esse processo ocorre tanto externamente (quando realizadas em larga escala e por setores externos às instituições) quanto internamente (quando realizadas dentro das instituições, tendo por autores sujeitos externos à escola como também seus próprios atores e sujeitos). (LIMEIRA, 2012)

No Brasil as avaliações institucionais, realizadas por fatores externos à escola, são acompanhadas de questionários contextuais. Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação nacional do Rendimento Escolar (Anresc) realizados através da Prova Brasil, que são aplicados à maior parte do segmento escolar e não somente aos alunos. Professores e diretores são convidados a realizar o preenchimento de questionários direcionados a esses segmentos, com o objetivo de se obter informações relevantes a respeito da formação profissional e os tipos de liderança dos mesmos. Tais questionários são entregues pelos aplicadores antes mesmo do início da avaliação dos alunos e devem ser preenchidos em paralelo da realização da Prova Brasil pelos discentes. Neste mesmo momento, os aplicadores do teste também são submetidos a preencher um questionário relacionado à escola, considerando dados como infraestrutura, segurança e recursos pedagógicos.

Estes questionários da Aneb e Anresc realizados através da Prova Brasil são utilizados para a absorção de dados da vida escolar em vários âmbitos, dentre eles os níveis socioeconômicos, social e cultural dos discentes. Através dos resultados dessa avaliação podem-se observar os níveis de aprendizagens dos alunos bem como o bom funcionamento da escola.

Tais dados são de fundamental importância para que a Anresc possa entender a realidade do contexto escolar dos alunos que estão realizando a prova, desta forma pode-se e relacionar o desempenho dos alunos aos fatores

das condições de ensino do mesmo, como por exemplo, a infra-estrutura da escola e recursos pedagógicos.

Por outro lado a avaliação da aprendizagem é objeto de intensas preocupações e conflitos que provoca tantos questionamentos e ainda nos tempos atuais é um instrumento de controle e regulação. Luckesi (2005) nos diz que “a avaliação da aprendizagem é toda prática que propunha diagnosticar o andamento da aprendizagem dos educandos na vida escolar.” Contudo não se deve confundir as idéias de avaliação e prova.

Sob a ótica de Luckesi:

*A questão básica é distinguir o que significam as provas e o que significa avaliação. As provas são recursos técnicos vinculados aos exames e não à avaliação. Importa ter-se claro que os exames são pontuais, classificatórios, seletivos, antidemocráticos e autoritários; a avaliação, por outro lado, é não pontual, diagnóstica, inclusiva, democrática e dialógica. Como você pode ver, examinar e avaliar são práticas completamente diferentes. As provas (não confundir prova com questionário, contendo perguntas abertas e/ou fechadas; este é um instrumento; provas são para provar, ou seja, classificar e selecionar) traduzem a idéia de exame e não de avaliação. Avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa. Os exames, através das provas, engessam a aprendizagem; a avaliação a constrói fluidamente (LUCKESI, 2004).*

Para Luckesi (2002), a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. “A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação por sua vez direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação”.

## **2.5 A Avaliação Institucional ANRESC no GDF e na Escola Classe 14**

A Escola Classe 14 (E.C. 14) está localizada em Planaltina-DF, Atende alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de nove anos 1ª fase. A escola atualmente possui um quantitativo de 500 alunos.

Na E.C. 14 através do resultado da Prova Brasil e das taxas de aprovação, é obtido o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira)

da escola. Este índice serve como norteador de metas pedagógicas para a escola, uma vez que através da média obtida é possível compreender se os alunos estão aprendendo o mínimo necessário para seu desenvolvimento educacional.

O principal objetivo do Ideb pelo governo brasileiro é que as primeiras séries do Ensino Fundamental obtenham média igual ou superior a 6,0 até 2022. Atualmente o Ideb da Escola Classe 14 é de 5,1. Tal dado demonstra que essa escola conseguiu ultrapassar a meta desejada para o ano de 2011 que era de 4,6, como também a proposta para 2013 de 4,9, contudo ainda há necessidade de ações voltadas para a ampliação da alfabetização e redução dos índices de reprovação.

A escola deve utilizar esta nota para compreender os resultados de seu trabalho. Se o Ideb estiver acima de 6,0 (meta do governo federal), isso significa que os índices de alfabetização e aprovação estão de acordo com os objetivos iniciais da gestão. Entretanto, não significa que esta média não possa ou não deva melhorar. Mais esforços devem ser empenhados no intuito de ampliar o desenvolvimento dos alunos, para que estes possam alcançar padrões educacionais, colocados pelo governo, ainda mais altos.

Porém enquanto o Ideb estiver abaixo da média do governo (como é o caso da escola Classe 14) a gestão deve empenhar-se em obter recursos do governo federal para a aplicação de ações pedagógicas objetivas. Escolas que se encontram nessa situação obtêm auxílios do MEC com mais facilidade, uma vez que é objetivo do governo federal que tais escolas se desenvolvam seus alunos para o alcance da média objetivada do Ideb.

Através do Ideb a escola pode obter ainda auxílio do programa “Mais Educação” do MEC, que auxilia atividades para melhorar o ambiente escolar, tais como esporte e lazer, meio ambiente e saúde. Portanto, é primordial que os gestores não somente de minha escola, mas de todas, busquem recursos para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, tendo como fundamento a nota obtida no Ideb.

No caso da E.C. 14 (Escola Classe 14) os resultados da prova Brasil e IDEB, são apresentados pelo gestor, sempre frisando o bom trabalho desenvolvido, uma vez que participam todos os alunos do 2º e 5º anos, sem



nenhum tipo de exclusão. Nos anos de 2007, 2009 e 2011 os alunos conseguiram ultrapassar as metas estabelecidas pelo Ideb esse resultado mostrou que o projeto pedagógico vem se mostrando eficiente mesmo diante da difícil tarefa que é ensinar, ensinar não só conteúdos acadêmicos, mas valores em uma comunidade onde a baixa auto-estima, desinteresse pelos estudos e violência de Gangues impera. E mesmo não sendo este o objetivo o resultado sempre é comparado aos de outras escolas que se localizam em comunidades mais privilegiadas financeiramente, com famílias no sentido tradicional, mais estruturadas.

Estes resultados, no entanto podem ser melhor utilizados quando se volta para as questões ou áreas onde os alunos tiveram maiores dúvidas ou menos aproveitamento. Nesse momento não só o aluno está sendo avaliado, mas a escola como um todo (equipe docente e infraestrutura). Pode-se aqui procurar novas técnicas, novos meios, novas parcerias, visando melhorar a qualidade do ensino. Pode-se também trazer a comunidade para dentro da escola, ouvir os anseios dessa comunidade, propor projetos que desenvolvam a família, estabelecendo vínculos significativos entre escola, sociedade e experiência de vida dos nossos alunos.

O propósito implícito na LDB 9394/96 em adotar um sistema de avaliação foi o de transformar a avaliação em um instrumento de mudança da realidade educacional do país, visando à melhoria do padrão da qualidade do ensino.

O desafio atual da Escola Classe 14 não se situa mais em termos de acesso à escola e sim na oferta de um ensino que atenda a padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo Ideb. Dessa forma, o principal objetivo do segmento interno dessa escola passa a ser a promoção da permanência e da aprendizagem dos alunos, ou seja, assegurar-lhes as condições de sucesso escolar.

O que a E.C 14 visa atualmente é que todas as crianças tenham acesso a escola e que não desperdicem tempo com repetências, não abandonem os estudos precocemente. Levando-se em consideração que a média dessa escola em 2011 teve avanços na melhoria da qualidade da educação no Ideb, permite incluir que atingir as notas estabelecidas não é

tarefa fácil, mas se analisada com profundidade se tais metas são de fato a conjunção de diversos fatores reais de melhoria da qualidade de ensino.

Para que a escola alcance médias mais elevadas no Ideb, a princípio seria interessante a convocação de toda a comunidade escolar para reuniões periódicas. Estas reuniões teriam o intuito de desenvolver junto à comunidade atividades que auxiliem o aprendizado dos alunos, assim como a escolha e desenvolvimento de projetos educacionais. Inclusive a conscientização da participação dos pais na aprendizagem dos filhos.

Diante das notas obtidas nas avaliações realizadas em sala de aula (Prova Brasil), é notório que os professores da Escola Classe 14 têm procurado mudar as suas práticas avaliativas, mas mesmo assim o índice de dificuldade de aprendizagem continua elevado e tem preocupado em demasia tanto os docentes quanto a equipe diretiva da escola.

Neste contexto a uso de projetos interdisciplinares, pela escola, podem ser vistos como o carro chefe das atividades, para que se obtenham melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem. Começando desde as turmas de educação Infantil. Tais ações devem integrar conhecimentos, adotando metodologias que facilitem o aprendizado de todas as disciplinas. Uma forma direta de atingir tais objetivos seria auxiliar a alfabetização através de atividades lúdicas e práticas em todas as disciplinas, como educação física, educação artística, educação musical e informática.

De acordo com Vygotski (1994), para se tornar possível o entendimento de um estágio de desenvolvimento do aluno para o próximo, somente é executável através da observação das atividades lúdicas que a mesma realiza, uma vez que “o brincar emerge de uma necessidade infantil”. As brincadeiras são muito influentes no processo de desenvolvimento do discente, por se tratar de uma necessidade que a criança possui em vivenciar situações de seu cotidiano. De acordo com esse tema, Antunes (1998, p.37) coloca que:

Jamais pense em usar jogos pedagógicos sem um rigoroso e cuidadoso planejamento, marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o processo dos alunos, e jamais avalie qualidade do professor pela quantidade de jogos que emprega, e sim pela qualidade dos jogos que se preocupou em pesquisar e selecionar. (ANTUNES, 1998)

Toda via não se deve deixar de reforçar que as brincadeiras (atividades lúdicas) quando usadas com o objetivo de ensino-aprendizagem devem ser devidamente planejadas pelo professor/ escola.

## **2.6 O Uso do PPP para Solucionar Problemas Encontrados nas Avaliações**

A escola deve ser vista como um ambiente que abrange uma educação crítica que se torna essencial para que o sujeito possa vivenciar direitos humanos. Para tal, a escola deve levar em consideração também, não somente conteúdos transmitidos em sala de aula, mas e mais importante considerar valores que também fazem parte de ações pedagógicas, bem como sustentabilidade, cidadania e o exercício de uma consciência crítica perante a realidade social. Deste modo, criar meios para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, e não simplesmente sujeitos preparados para iniciar sua jornada no mercado, munidos apenas de conhecimentos prioritários para o atendimento às exigências do mesmo.

Para tanto a escola deve reconhecer sua responsabilidade de desenvolver esse indivíduo de forma plena, usufruindo de sua autonomia. Para que essa escola possa funcionar bem, ela precisa de um projeto construído, é claro, por toda a comunidade escolar. Este se denomina Projeto Político Pedagógico que trata-se de um documento de planejamento que, evita improvisações, tempo ocioso, e desperdícios de dinheiro. Quando a escola faz sua proposta pedagógica deve buscar um ideal comum: fazer com que todos os alunos, sem exceção, aprendam e que toda a escola funcione bem de forma mais eficiente, intensa, rápida e segura.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é formulado e reformulado por toda a comunidade escolar no início do ano letivo, envolvendo situações e ações que devem ser desenvolvidas durante o todo o ano escolar. A LDB 9.394/96 prevê a incumbência as escolas em elaborar e executar sua proposta pedagógica e isso já faz parte do processo de democratização escolar.

As fases do processo de planejamento do PPP são: Elaboração; Planejamento; Execução e avaliação. E para que essas etapas ocorram satisfatoriamente se faz necessária a participação integral de todos os segmentos. E nessa etapa de planejamento, o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por parâmetro a construção democrática de decisões, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola e tomando por base a realidade na qual a escola está inserida.

Como o PPP é um instrumento de interação da comunidade e de intervenção na realidade escolar, o mesmo é de responsabilidade compartilhada entre todos os membros da comunidade escolar. Gadotti, 2000, destaca que "o Projeto Pedagógico da escola está inserido num cenário marcado pela diversidade". Então a comunidade escolar se mobiliza, dialoga no âmbito do planejamento do Projeto Político Pedagógico, que fica marcado por incertezas, dúvidas e muitas indagações quanto à concepção do PPP. Nessa perspectiva a comunidade escolar partindo-se de uma concepção de planejamento participativo busca no PPP um instrumento de intervenção na realidade escolar, visando proporcionar a organização do trabalho pedagógico; a utilização do tempo e espaço escolares; identificar e valorizar aspirações, idéias e anseios; e sobre tudo, permitir dentre tantas limitações que a comunidade escolar possa refletir definir, construir coletivamente os pilares da escola.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico, a comunidade escolar utiliza de vários instrumentos, tais como: textos para reflexão, vídeos, diálogos, questionários destinado à comunidade, discussões dentre outros recursos que visam aprimorar a realidade e o cotidiano escolar, instigando conquistas coletivas, levando a contínuas mudanças. Nessa ótica, Veiga (2003) retrata que existem três movimentos básicos no processo de construção do PPP denominados: Ato situacional, Ato conceitual e Ato operacional.

O Ato situacional faz o diagnóstico da situação escolar, ou seja, onde se deve agir. Já o Ato conceitual abrange as prioridades a serem trabalhadas, por sua vez o Ato operacional refere-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudarem a realidade da escola.

A partir do momento em que se constrói o PPP em conjunto com a comunidade na qual a escola está inserida, já se integra as reais necessidades de todos os segmentos, propondo fazer da escola um lugar onde se faz a educação de forma integral e verdadeira.

O que se verifica na presente elaboração, implementação e execução do PPP é que é um momento em que a escola pensa coletivamente no que se vai fazer, é oportunidade que as famílias possuem de conhecer, bem como participar e avaliar o planejamento escolar, sentindo-se parte desse sistema, e assim valorizando todos os projetos que a escola irá desenvolver durante todo o ano letivo, pois a mesma participou de sua elaboração. Cabe aqui ressaltar, que todos os segmentos da escola, não podem perder de vista as ações assumidas no coletivo, por isso são necessários encontros periódicos para discussão para tomada de decisões acerca do PPP.

Na Escola Classe 14 de Planaltina-DF esse planejamento deixa bem claro o que se pretende e o que deve ser feito para se chegar aonde se quer. Um bom Projeto Político Pedagógico dá segurança à escola. Pois são feitas escolhas de melhores estratégias o que facilita seu trabalho, pois o mesmo está fundamentado no Projeto que norteia toda Unidade Escolar. Esta trabalha com a tendência pedagógica renovada, interagindo os conteúdos de modo interdisciplinar visando uma ampliação do conhecimento transmitido aos seus alunos. Os conteúdos trabalhados pela escola possuem forma contextualizada, levando sempre em consideração a bagagem cultural (conhecimento pertencente ao aluno) trazida pelos alunos dando assim maior significado a aprendizagem, esse método também evita a abrangência de evasão escolar, afinal faz com que os alunos se sintam confortáveis e acolhidos no ambiente alfabetizador, já que este possui semelhança com seu cotidiano. Para tanto a escola faz uso de recursos audiovisuais como aparelhos de som, Data show, T.V., D.V.D. e sala de informática trazendo para sala de aula instrumentos que fazem os alunos se interessarem mais pelos conteúdos e pela rotina escolar como um todo.

Além dessa fórmula, a escola também faz uso de projetos interventivos como “Chá de poesia” e “Caixa Mágica” que além de trazer ao conhecimento de todos, a vida e obra de grandes autores da literatura clássica e infantil,

estimula a leitura e a interpretação textual e ainda aumenta o vínculo afetivo do aluno com os livros. Este método, dentre outros deixa claro a permanência e assiduidade dos estudantes bem como o sucesso em suas vidas acadêmicas. Podem-se observar os resultados encontrados nos projetos do PPP, nas avaliações realizadas na escola, tanto de aprendizagem como institucional.

Entretanto, apesar de se saber as vantagens do uso correto do PPP, muitas são dificuldades encontradas para a concretização do Projeto Político Pedagógico, uma delas é mobilizar a comunidade externa da escola, coordenadores, servidores para a discussão a cerca do tema. Muitos são os desafios enfrentados pelos gestores na elaboração e implementação do PPP, mas a partir da mobilização se constrói propostas concretas de co-responsabilidades que visam atingir o objetivo principal, de modo partilhado do projeto da escola.

Cabe aqui, salientar que os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) visam possibilitar, além da apropriação dos conhecimentos básicos, dentro de um contexto histórico e político dos direitos humanos e da cidadania, a mudança de valores, atitudes e posturas. Essa formação compreende a apreensão de uma nova cultura em que o educador perceba a si bem como os alunos e os demais integrantes do contexto escolar, como sujeito de direitos e deveres e compreenda a escola como espaço de exercício permanente de construção coletiva da cidadania.

É necessário, também, para que a escola desenvolva um trabalho na perspectiva dos PCN's, construir um Projeto Político Pedagógico democrático e participativo, em que a formação do sujeito possa ser assumida coletivamente. E esse processo só se torna possível numa prática diária através do desenvolvimento dos conteúdos curriculares e na vivência.

Finalizando, os PCN's propõem uma organização curricular onde o conhecimento é desenvolvido por áreas interligadas através de temas transversais. A proposta da organização dos PCN's é o caminho para a realização de trabalhos interdisciplinares. Segundo o mesmo, o currículo está sempre em construção e deve ser compreendido como um processo contínuo que influencia positivamente a prática do professor. Com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, O PPP deve ser revisto e sempre

aperfeiçoado, pois ele deve estar sempre acompanhado à realidade escolar da comunidade onde é trabalhado.

### **2.6.1 Como envolver família e escola**

No artigo 1º, a LDB discorre sobre educação de uma maneira abastada. A mesma assume que a Instituição de ensino (escola) compartilha a responsabilidade de educar crianças, adolescentes, jovens e adultos com outras instituições da sociedade; a família, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais. De acordo com essa informação entende-se que a escola não deve, pode agir sozinha no desenvolvimento pleno do indivíduo e sim partilhar essa responsabilidade com a família e demais instituições presentes na sociedade.

O artigo 2º da LDB afirma que “a educação é direito de todos, dever da família e do Estado cabendo aos pais, na idade própria, matricular seus filhos na rede escolar, cumprindo ao Estado a responsabilidade de oferecer vagas e condições adequadas de ensino.”

O que se deve levar em consideração, é que ambos tanto a escola como a família devem proporcionar ao indivíduo um ambiente favorecedor de conhecimento, para que o mesmo possa atingir melhores resultados. Ainda que se faça diferente algumas atribuições entre as obrigações da escola e da família, existem compromissos e interesses compartilhados.

Sob esta ótica, é se faz necessário refletir numa maneira para que esse envolvimento de família-escola ocorra de melhor maneira possível, visando o melhor rendimento do aluno em todos os aspectos educacionais.

Pesquisas foram desenvolvidas buscando as maneiras com que professores e escola utilizavam para trazer os pais para a vida escolar dos discentes.

Epstein (1989) desenvolveu uma forma para que os pais participem da educação dos filhos, a partir dos métodos utilizados pelas escolas americanas para abranger os pais no processo de educação das crianças. Este método é

formado por cinco tipos que acabam por sintetizar os recursos para se ter a família envolvida na escola.

Veja abaixo:

### CINCO TIPOS DE ENVOLVIMENTO DE PAIS

<b>CINCO TIPOS DE ENVOLVIMENTO DE PAIS</b>
<p><b>Tipo nº 1</b> – <i>As obrigações básicas dos pais</i> se referem às responsabilidades da família pela saúde, segurança e bem-estar da criança; à atenção às necessidades das crianças no seu processo de desenvolvimento e para o seu ingresso na escola; à criação de condições propícias para a aprendizagem escolar em casa; supervisão, disciplina e orientação.</p> <p><b>Tipo nº 2</b> – <i>As obrigações básicas da escola</i> se referem às responsabilidades da escola em enviar informações para os pais (ou responsável) sobre a s regras e normas da escola, o seu funcionamento, os programas e métodos de ensino, o progresso das crianças e outras informações que sejam relevantes. As informações, mensagens, convites, boletins, e regras variam de escola para escola e em forma e frequência.</p> <p><b>Tipo nº 3</b> – <i>Envolvimento dos pais na escola</i> se refere ao voluntarismo dos pais em ajudar os professores, orientadores e supervisores pedagógicos como também os administradores da escola, quer seja na escola em geral, quer seja na sala de aula, reuniões, eventos sociais, excursões ou outros como matérias extracurriculares (arte e música) etc.</p> <p><b>Tipo nº 4</b> – <i>Envolvimento dos pais em atividades feitas em casa que auxiliam a aprendizagem e rendimento escolar</i> se refere à ajuda que os pais dão as crianças em casa, seja ela iniciativa dos pais ou dos professores (ou até mesmo das crianças) em atividades relacionadas com as atividades escolares, como deveres de casa, pesquisa, visitas a lugares culturais, etc.</p> <p><b>Tipo nº 5</b> – <i>Envolvimento dos pais no governo da escola</i> refere-se à inclusão dos pais no que diz respeito à tomada de decisões em geral, Associação de Pais, Colegiado, Conselho Administrativo; e ainda na intervenção junto às Secretarias e Ministérios. Este tipo também inclui movimentos da comunidade que afetam o trabalho da escola e das crianças.</p>

Quadro 2: Cinco tipos de envolvimento de pais.

Fonte: Brandt, 1989.p.25.

Apesar dos resultados encontrados, Epstein e Dauber (1991, p.291) esclarecem que “esses cinco tipos não são puros, mas que envolvem aspectos



comuns a todos os tipos e que a maioria das maneiras até então encontradas se encaixa em um dos cinco tipos”.

Em 1988 por sugestão do California State Board of Education, (Epstein e Dauber 1991) incluíram ao quadro um sexto tipo de envolvimento de pais.

Tipo número 6: Colaboração e troca entre as escolas e organização das comunidades que se referem àqueles programas escolares que permitem aos pais e as crianças (e aos seus profissionais) o acesso aos serviços prestados por aquelas instituições que estão direta ou indiretamente relacionadas com o bem estar das crianças, sua segurança, saúde e oportunidades futuras (serviço social e da saúde, instituições culturais e religiosas, como museus, bibliotecas, zoológicos, e igrejas, que colaboram e enriquecem a educação das crianças (e das famílias). As escolas também variam muito no quanto eles sabem a respeito dessas facilidades e no tanto que fazem uso das mesmas.

## 4 PESQUISA NA ESCOLA CLASSE 14

A pesquisa foi realizada na Escola Classe 14 que possui 35 salas sendo, 11 como salas de aula nos turnos matutino e vespertino, duas salas reservadas para a educação integral que apenas alunos dos quartos e quintos anos participam, uma dividida em sala de recursos e orientação educacional, uma para coordenação e vice-diretor e mecanografia, uma dividida para secretaria, assistente, administrativo e diretor, uma sala de professores, uma sala de informática, duas micro salas para servidores, duas cantinas, sendo uma comercial, seis banheiros, uma guarita, uma quadra e um parquinho voltado para a educação infantil e um pátio coberto.

Para a educação básica a proposta pedagógica da escola, no âmbito geral é, além da alfabetização, propiciar ao aluno reconhecer-se como um todo num desenvolvimento corporal e mental harmônico, desenvolver a imaginação criadora e aprimorar a sociabilidade.

Contudo, nem mesmo a escola pode crer que esse papel cabe somente a ela:

Sabemos que a presença na escola não é garantia de que o indivíduo se apropria do acervo de conhecimentos sobre áreas básicas daquilo que foi elaborado por seu grupo cultural. O acesso a esse saber dependerá, entre outros fatores de ordem social e política e econômica, da qualidade do ensino oferecido (REGO, 2002, p.105).

Esta escola trabalha com a tendência pedagógica renovada, interagindo os conteúdos de modo interdisciplinar visando uma ampliação do conhecimento transmitido aos seus alunos. Vygotsky (1993), aponta que o conhecimento dos conceitos científicos transforma de maneira gradual os conceitos espontâneos, bagagem, do aluno. *“isso promove a ascensão da criança para níveis mais elevados de desenvolvimento”*.

Na ótica vygotskyana, a escola é destacada na acessão do processo de desenvolvimento infantil.

Isto quer dizer que as atividades desenvolvidas e os conceitos aprendidos na escola (que Vygotsky chama científicos) introduzem novos modos de operação intelectual: abstrações e generalizações mais amplas acerca da realidade (que por sua vez transformam o modo de utilização da linguagem). Como consequência, na medida em que a criança expande seus conhecimentos, modifica sua relação

com o mundo (REGO, 2002, p.104).

Para que essa escola possa funcionar bem, ela precisa de um projeto feito é claro por toda a comunidade escolar. Quando a escola faz sua proposta pedagógica deve buscar um ideal comum: fazer com que todos os alunos, sem exceção, aprendam e que toda a escola funcione bem de forma mais eficiente, intensa, rápida e segura.

“Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte. Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Por exemplo, hoje a escola pública burocrática se confronta com as novas exigências da cidadania e com a busca de uma nova identidade de cada escola, pautas de uma sociedade cada vez mais pluralista”. (GADOTTI, 2000:1-2)

E é nesse Projeto em que se determina os tipos de avaliações que a escola deverá seguir, bem como as formas em que elas serão aplicadas.

Antes da aplicação do questionário fora realizada uma reunião com todo o grupo para esclarecimentos da pesquisa, como funcionaria e sua importância. Nessa mesma reunião foi pedido a colaboração de todos para que respondessem o questionário e devolvessem.

### **3.1 Os Dados Coletados na Pesquisa**

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários destinados a equipe gestora e docente da Escola Classe 14 de Planaltina-DF, com o objetivo de obter informações sobre a Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Avaliação Institucional da Escola. De acordo com a afirmação de Frigotto, (2004), *“Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, nesse sentido antecede ao método.”* Nessa perspectiva pode-se dizer que o método, a avaliação, é de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem.

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra “questionário” refere-se a um meio de obter resposta às

questões por uma fórmula que o próprio informante preenche [...] Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central. (CERVO E BERVIAN, 1996, p. 159).

O questionário abordou os Seguintes temas: Modalidades de avaliação; Frequência das avaliações; Dificuldades para avaliar; Melhor meio para avaliar; Contribuição das avaliações para o crescimento profissional; Avaliações em larga escala; Benefícios das avaliações para o educando.

Quanto à frequência das avaliações.

- 92% (noventa por cento) afirmam que a avaliação ocorre de maneira constante (processual).

- 8% (dez por cento) afirmam avaliar bimestralmente.

Quanto à modalidade das avaliações:

- 48% (cinquenta por cento) afirmam praticar mais a avaliação diagnóstica.

- 42% (quarenta por cento) afirmam praticar mais a avaliação formativa.

- 4% (cinco por cento) afirmam praticar mais a avaliação Somativa.

- 6% (cinco por cento) afirmam praticar mais a avaliação tradicional.

- 100% (cem por cento) afirmam praticar um pouco de todas as avaliações.

Os profissionais da Escola Classe 14 se valem de mais de um modelo de avaliação para diagnosticarem seus alunos.

Quanto às dificuldades para avaliar:

- 21% (vinte e um por cento) afirmam sentir dificuldades para realizar avaliações.

- 60% (sessenta por cento) afirmam não sentir nenhuma dificuldade para realizar avaliações.

- 19% (dezenove por cento) afirmam sentir um pouco de dificuldades para realizar avaliações.

Para sanar as dificuldades encontradas no processo de avaliação, deve se ter claro o que significa avaliar, Luckesi (2004) aborda esse assunto da seguinte maneira:

*(...) examinar e avaliar são práticas completamente diferentes. As provas (não confundir prova com questionário, contendo perguntas*

*abertas e/ou fechadas; este é um instrumento; provas são para provar, ou seja, classificar e selecionar) traduzem a idéia de exame e não de avaliação. Avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa. Os exames, através das provas, engessam a aprendizagem; a avaliação a constrói fluidamente (LUCKESI, 2004).*

A avaliação da aprendizagem é um processo abrangente que requer uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de compreender, seus avanços, suas resistências e dificuldades a fim de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os entraves que impedem o avanço dos alunos.

Quanto aos meios para avaliar.

- 100% (cem por cento) afirmam que o melhor meio para se avaliar é a observação cotidiana.

Na avaliação adota-se um método analítico, onde os resultados, estudos e opiniões devem ser analisados e respeitados por todos, com intuito de prever ações concretas para sanar dificuldades existentes, estabelecer parcerias, priorizando sempre a educação, fazendo um elo forte entre escola e realidade social, econômica e social.

Belloni (2003, p. 35) mostra que:

(...) em lugar de punição, o que é necessário é construir um ambiente encorajador, seja para superar as dificuldades e insuficiências, seja para disseminar o sucesso.

Quanto à contribuição das avaliações para o crescimento profissional.

- 86% (oitenta e seis por cento) afirmam que as avaliações interferem em seu crescimento profissional, pois através dos resultados podem repensar a sua prática.

- 10% (dez por cento) afirmam que as avaliações não interferem em sua prática.

- 4% (quatro por cento) afirmam que as avaliações não interferem um pouco em sua prática.

A avaliação em si, além de representar os avanços dos alunos, visa à melhoria da instituição em prol dos alunos. Para tanto, tudo e todos precisam ser avaliados: alunos, professores, gestores, estrutura física, auxiliares de educação, contexto social econômico e cultural, projetos e políticas educacionais tudo com vistas à qualidade da educação. Avaliando estratégias

que vem dando certo, para dar continuidade e reformulando ou excluindo outras.

Quanto aos benefícios da avaliação para o educando.

- 63% (sessenta e três por cento) afirmam que as avaliações beneficiam o educando.

- 22% (vinte e dois por cento) afirmam que as avaliações beneficiam em parte os educandos.

- 15% (quinze por cento) afirmam que não há benefícios para os educandos.

A avaliação possui o objetivo de reconhecer dificuldades para poder intervir a favor da promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos discentes, considerando a particularidade de cada um. Há que se pensar a avaliação, numa perspectiva social inclusiva, onde as práticas educativas estejam voltadas para a promoção e autonomia do aluno.

Cocco e Sudbrack (2012) afirmam que:

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle, de regulação ou de emancipação, dependendo da forma como será planejada, aplicada e como os resultados obtidos serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimentos e exercício da democracia. (COCCO e SUDBRACK, 2012)

Quanto aos resultados das avaliações em larga escala.

- 36% (trinta e seis por cento) afirmam que os resultados dessas avaliações são discutidos no conselho de classe.

- 54% (cinquenta e quatro por cento) afirmam que são discutidas na coordenação pedagógica coletiva.

- 10% (dez por cento) afirmam que os resultados não são discutidos em nenhum momento.

### 3.1.1 Análise de dados

Após a verificação do questionário, pode-se enxergar claramente que a Escola Classe 14 participa da avaliação Institucional (Prova Brasil e Provinha Brasil) e que a comunidade escolar participa e conhece seus resultados.

Foi possível também verificar que a equipe discente está interessada em realizar avaliações voltadas ao aluno, para que o mesmo possa se desenvolver de modo abrangente. Bem como utilizar os resultados das avaliações, tanto de aprendizagem (recorrentes em sala de aula) como os da Prova Brasil para poder melhor auxiliar o docente em suas dificuldades.

Ao se avaliar os resultados, no sentido de rever o trabalho de dividir responsabilidades, já que educação não é só dever da escola, mas também do aluno, da família e da sociedade, para poderem juntos propor novos rumos à educação, se está firmando o princípio democrático, não só da gestão escolar que envolveu todos nesse projeto, mas incutindo no aluno o princípio da participação, da responsabilidade perante seus direitos e deveres, levando-os a participar respeitando e valorizando a opinião do outro, aprendendo que a educação de qualidade pode tornar a vida em sociedade justa internalizando desde a infância que democracia requer respeito, lutas parcerias, igualdades, direitos e deveres de todos.

## CONCLUSÃO

Após a análise dos resultados obtidos no questionário aplicado, foi possível perceber que toda a equipe gestora e docente da Escola Classe 14 de Planaltina-DF, demonstram conhecer as diversas modalidades de avaliação e suas funções no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a pesquisa por volta de 100% (cem por cento) da equipe enfatizou que a avaliação deve ser contínua, processual. Dessa forma, esse tipo de avaliação beneficiará o discente bem como proporcionará ao docente oportunidades de refletir e rever sua prática quando necessário.

Para 60% (sessenta por cento) dos profissionais em estudo, colocaram que não há grandes dificuldades para se avaliar quando ocorre de fato uma observação diária com anotações dos fatos mais importantes.

Em relação as avaliações em larga escala, cerca de 90% (noventa por cento), dos pesquisados relataram que conhecem seus resultados e reconhecem que contribuem tanto para o crescimento profissional do docente quanto para o bom desenvolvimento do discente. Nesta escola a maior parte dos profissionais então no quadro há mais de dez (10) anos, o que os faz conhecer mais profundamente a comunidade na qual a instituição de ensino está inserida. Por estarem há muito tempo nessa mesma unidade, a equipe docente conhece os projetos educacionais propostos pela a escola no decorrer deste tempo e quais obtiveram maior eficácia.

Conclui-se através deste estudo realizado na Escola Classe 14, que a Avaliação da Aprendizagem no Contexto da Avaliação Institucional da Escola é uma realidade nesta unidade de ensino. Os principais motivos do baixo rendimento dos alunos nas avaliações advêm de problemas socio-econômicos, familiares, deficiências intelectuais e outros, mas mesmo diante deste quadro a Escola Classe 14 busca mudanças na condução de suas avaliações, propondo projetos que procuram envolver escola /família/comunidade e visando em suas avaliações sempre o desenvolvimento integral do educando bem como a superação de suas limitações.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, Celso. **Jogos para Estimulação das Múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BELLONI, Isaura. **Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação**. Linhas Críticas. 1999.

BENAVENTE, Ana. GARCIA, Orlando. **As Organizações Escolares em Análise**, 2ª edição, Lisboa, (1992).

BONVENTTI, Rodolfo C. **O quê e como avaliar?** As agências privadas de acreditação, uma realidade na União Européia e em vários outros países da América Latina, começam a ser discutidas no Brasil. Disponível em: <<http://avaliacaoinstitucional.com/noticias/o-que-e-como-avaliar.html>>. Acesso em: 29 dez. 2013, 08:50:30.

BRANDT. R. The parents and school: a conversation with Joyce Epstein. *Educational Leadership*, n.47, p.24-7. 1989.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRAUN, Adriano; GOLFETO, Norma. **Avaliação Institucional**. 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/adrianobraun/avaliacao-institucional-adriano-prof-norma>>. Acesso em: 29 dez. 2013, 09:45: 15.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

COCCO, Eliane Maria; SUDBRACK, Edite Maria. **Avaliação no Contexto Escolar: Regulação e/ou Emancipação**. IX ANPED SUL 2012: Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/471/112>>. Acesso em: 29 dez. 2013, 09:53: 10.

DOUGLAS, Enock. **A Importância do Professor no Processo de Alfabetização**. Disponível em: <<http://enockdouglas.blogspot.com.br/2013/01/a-importancia-do-professor-no-processo.html>>. Acesso em: 29 dez. 2013, 10:25:17.

Epstein, J. & Dauber, S. (1991). **School programs and teacher practices of parent involvement in inner-city elementary and middle schools**. Elementary School Journal, 91, 291-305.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 7<sup>o</sup> ed. Campinas, SP: Papiros, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

GADOTTI, Moacir (2000). **“O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania”** In: GADOTTI, Moacir et al. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas.

GAMBOA, Sílvia Sánchez. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas: Praxis. 1998.

GATTI, Bernadete A. **Avaliação Institucional no Brasil: Pontuando uma História de Ações**. Eccos Revista Científica, UNINOVE São Paulo. Nº 1, V. 04, Jun 2002, p. 17-41.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1995. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 29 dez. 2013, 13:05:10.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Aneb e Anresc (Prova Brasil). **Questionários Contextuais**. Brasília, DF: Inep, 2011. Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/questionarios-contextuais>>. Acesso em: 29 dez. 2013, 13:35:10.

KAPLAN, B., DUCHON, D. **Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study**. MIS Quarterly. V. 12, n. 4, December, P.580, 1988.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. 19 jul. 2006.

Lei 9391 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIMA, Daniel. **Os resultados do Ideb 2011**. Rio de Janeiro, Brasil. Jornal O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/ideb-2011>>. Acesso em: 30 dez. 2013, 14:45:10.

LIMEIRA, Luciana Cordeiro. **Avaliação Institucional na Escola Pública Brasileira: Mecanismos Contraditórios e Complementares na Educação**. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/LucianaCordeiroLimeira\\_int\\_GT2.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/LucianaCordeiroLimeira_int_GT2.pdf)>. Acesso em: 30 dez. 2013, 14:59:10.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**; visão geral Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, São Paulo, publicado no caderno do Colégio Uirapuru, Sorocaba, estado de São Paulo, por ocasião da Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola, Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP, 8 de outubro de 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 6ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Eccos Revista Científica**, vol. 4, fac. 02, Universidade Nova de Julho, São Paulo, pág. 79 a 88. Eccos revista científica, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Entrevista concedida à Aprender a Fazer, publicada em IP – Impressão Pedagógica, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6.

MARTENS, Kerstin. **Como se tornar um agente influente** – a “volta comparativa” na Política Educacional da OCDE. In LEUZE, Kathrin,

MARTENS, Kerstin e RUSCONI, Alessandra (Orgs). **Novas arenas da governança educacional** – o impacto de organizações e mercados internacionais na política educacional. Nova York (EUA): Palgrave Macmillan: 2007. Tradução Caroline Feital Monteiro.

NÓVOA, A. (1992). **Para uma análise das instituições escolares**. As organizações escolares em análise, António Nóvoa (coord.), Lisboa: ed. Dom Quixote. Disponível: <[http://debauru.edunet.sp.gov.br/pages\\_arquivos/not%C3%ADcias/ot\\_novembro/NovoaAvalia%C3%A7ao\\_Institucional.pdf](http://debauru.edunet.sp.gov.br/pages_arquivos/not%C3%ADcias/ot_novembro/NovoaAvalia%C3%A7ao_Institucional.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2014, 10:23:56.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 14ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos.** 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

STEIN, Maria Ferreira das Graças. **O referencial teórico e histórico da avaliação institucional no Brasil pós-constituição de 1988.** AVALIAÇÃO, 2003, vol. 8, nº4, pp. 31-51.

SULZBACH, Loriane. **A importância das atividades lúdicas no processo de alfabetização e letramento do 1º ano do ensino fundamental.** 2013. Disponível em: <<http://www.ijui.com/artigos/48244-a-importancia-das-atividades-ludicas-no-processo-de-alfabetizacao-e-letramento-dos-educandos-do-1-ano-do-ensino-fundamental-por-loriane-sulzbach.html#sthash.eY0m8bUz.dpuf>>. Acesso em: 02 jan. 2014, 11:27:12.

TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira; ALVES, Liduína Lopes; LIMA, Marcos Antônio Martins. **A Gestão e a Avaliação Institucional: Observações Segundo os Diretores Municipais de Fortaleza-CE.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Disponível em: <<http://www2.unimep.br/endipec/3103c.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014, 17:23:50.

Texto Redação Educar. **Por dentro da Prova Brasil.** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/prova-brasil-299417.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2013, 19:16:19.

VEIGA, Ilma P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **A avaliação no bloco inicial de Alfabetização do DF.** Caxambu - MG: Anais, 29º reunião da Anped, 2006 b.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

## APÊNDICE 1

A escolha do questionário para a realização da coleta de dados foi feita por acreditar que essa é a forma mais precisa e de fácil acesso bem como deixa os pesquisados mais a vontade para responderem a pesquisas.

Essa será realizada com os professores, coordenadores e direção de uma escola de Ensino Fundamental de 9 anos primeira fase. Os resultados serão tabulados e analisados em forma de porcentagem.

## QUESTIONÁRIO

É com muito prazer que lhe convido para responder esse questionário que faz parte da monografia para termino do curso de Gestão Escolar com o tema: Avaliação da Aprendizagem no contexto da avaliação institucional da escola.

1. Qual o seu nível de escolaridade?

- Magistério
- Superior Completo
- Superior Incompleto
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

2. Geralmente como são suas avaliações.

- Diagnóstica
- Formativa
- Tradicional
- Somativa

3. O que motivou você a escolher esse tipo de avaliação?

---

---

---

4. A avaliação Institucional ocorre de fato em sua escola.

Sim

Não

5. A comunidade escolar participa da avaliação institucional em sua escola

Sim

Não

As vezes

6. As avaliações praticadas na escola estimulam a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela mesma?

Extremante

Pouco

Muito pouco

Não estimulam

7. Qual a função da avaliação no processo de ensino-aprendizagem?

Reformulação da prática pedagógica para melhor desempenho dos

alunos

Utilização apenas para promoção e retenção dos alunos

Não possui função alguma

Outra. Qual(is)\_\_\_\_\_

8. Como avalia seu aluno? Que instrumentos utiliza.

Participação e conteúdo

Verificação da aprendizagem: trabalhos, provas

- Através do cognitivo e atitudinal
- Mediante provas individuais
- Todas as alternativas
- NDA, Como \_\_\_\_\_

9. Quais suas maiores dificuldades ao avaliar seus alunos?

- Diversidades de níveis existentes na sala de aula
- Falta de interesse dos alunos
- Falta de recursos
- Não possui dificuldades
- Outra. Qual(is) \_\_\_\_\_

10. O que você faz com os resultados de suas avaliações?

- Reformula sua prática pedagógica para melhor desempenho dos alunos
- Utiliza apenas para promoção e retenção dos alunos
- Não utiliza
- Outra. Qual(is) \_\_\_\_\_